



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

REQUERIMENTO

Ref.: Encaminhamento de demandas recebidas em audiência pública virtual realizada pela Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, com o tema “Acesso e gestão dos serviços da assistência social que atendem e acolhem a população em situação de rua”.

À Sra.

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,
Berenice Maria Giannella

À Sra.

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
Cláudia Carletto

Ilustres Secretárias,

Na condição de Presidente da Comissão Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, apresento o requerimento em questão, para lhes comunicar que durante a realização da audiência pública virtual da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, realizada no dia 27/05/2021, que tinha como tema “Acesso e gestão dos serviços da assistência social que atendem e acolhem a população em situação de rua”, **chegaram ao conhecimento da referida Comissão denúncias e demandas no tocante à falta de segurança para a integridade das pessoas dentro dos serviços e quantos aos desligamentos em massa da rede de acolhimento.**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

Diante disso, trago abaixo um resumo das denúncias e demandas recebidas na citada audiência pública, a fim de que o poder público municipal, na medida da competência de cada Secretaria, responda a esta Comissão, no prazo de 7 (sete) dias, quais as providências estão sendo tomadas a respeito:

- Na região da Luz, o serviço “Atende” foi fechado em 2020 e a prefeitura disse que fará nova ação para desmonte das barracas dos moradores de rua, mas é sabido que essas ações não surtem efeito, só aumentam violência.
- O Programa de Metas foi insuficiente no tema da população em situação de rua. Há carência de moradia e política de emprego e renda. Não está previsto no Programa a abertura de centros de acolhida e outros investimentos.
- Porquê a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social não planeja abertura de centros de acolhida à população de rua como na Lapa?
- Nesse período de baixas temperaturas só abriram 200 vagas no Clube Tietê, está prevista abertura de mais centro de acolhida?
- A resposta recebida por esta Comissão da Sra. Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social indica que os 12 centros que serão abertos ao longo dos próximos 4 anos serão para reordenamento da rede pois muitos estão em galpões. Mas reordenamento não aumenta o número de vagas. O número de vagas vai aumentar?
- Hoje temos na cidade 8 centros de acolhida, 800 vagas para fins emergência e mais a rede hoteleira com 600 vagas. Quando acabar a pandemia e o frio, para onde irão essas pessoas?
- Em 2019 esta Comissão apresentou relatório após visita aos centros de acolhida, o que foi feito do relatório enviado?
- Sobre o centro de capacitação técnica no momento pandêmico, existem cursos disponíveis de forma on-line?
- Existe o edital para abertura dos centros de acolhida para homens trans, mas quais outras ações estão sendo feitas pelas Secretarias Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania no sentido de acolher as pessoas trans que estão em situação de vulnerabilidade social?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

- O elevador do serviço do CAE da Brigadeiro quebrou e estão falando que foram as crianças que romperam os cabos de aço internos do elevador.
- No CAE do Paissandu tem o caso de uma mãe que era antes do serviço Autonomia em Foco da Liberdade. Ela foi desligada, não só ela, mas várias famílias com crianças. Houve a tentativa de encaminhar para os centros de acolhimento coletivos, regredindo na forma etapista como é o modelo atual, causando regressão para a porta de entrada do programa e, ao final, foram desligadas do serviço. No caso da mãe, o serviço de abordagem conseguiu que ela e as famílias fossem acolhidas no CAE do Paissandu, mas uma das filhas não conseguiu. Hoje elas dormem na praça da Sé porque se recusam a voltar aos galpões coletivos uma vez já tendo ingressado no regime do serviço Autonomia em Foco.
- No Prates, há o caso da pessoa que foi desligada com acusação de depredação do patrimônio porque matou um percevejo na parede e sujou a parede de sangue, a pessoa foi convidada a se retirar e caso resistisse, havia a ameaça de chamar a GCM.
- Sobre o CTA da Brigadeiro Galvão, uma pessoa foi desligada porque comeu uma marmita dentro do serviço, ela foi então restringida e agora por conta da restrição não consegue acesso a nenhum serviço de acolhimento. Nesse mesmo CTA da Brigadeiro Galvão tem o caso de uma pessoa que tirou fotos e foi desligada por causa disso, havia camas vazias sem lençóis uma vez que não há lençol no serviço. A pessoa estava sem cobertor e às 3h da manhã procurou o educador para pedir uma manta, recebeu então a resposta que não havia manta no serviço e não se podia fazer nada. Ainda, o cidadão atendido foi ofendido pelo educador que disse que ao final do seu turno de trabalho, ele iria para sua casa dormir quentinho enquanto o cidadão atendido voltaria para a rua.
- No estabelecimento do serviço Autonomia em Foco da Armênia, o gerente trata os conviventes com socos e pontapés e chama a polícia militar e a GCM para intimidar as famílias. O freezer ficou desligado, as famílias perderam alimentos.
- Na Morada São João, as pessoas estão passando fome, os idosos estão usando o dinheirinho que ganham para poder comer, pois estão servindo só arroz e feijão, às vezes com macarrão e salsicha. Lá tem muitas reclamações por causa da alimentação.
- Sou atendida no serviço Autonomia em Foco da Armênia, quero me manifestar pois sofri agressões pelo gerente e orientador, tive violação de direitos humanos e restrição. Lá não temos autonomia, não podemos ter as coisas, geladeira, nada. O direito de visita é julgado de forma aleatória, eles escolhem à revelia. Há também infestação de baratas, não tem cama, não tem armário, entre outras coisas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

- Eu sou de um coletivo de arte ativismo que faz atividades dentro da Casa Florescer 2 desde a sua fundação. Lá dentro, conversando com mulheres trans da casa, verifica-se que há impossibilidade das mulheres expressarem opinião acerca da qualidade desses serviços, ou seja, de dizer como estão atendendo. Os relatos chegam à conclusão que lá é um espaço que só amplia a vulnerabilidade pela forma como está sendo gestado. Temos denúncias e evidências de que a gestão da Casa tem atuado com represálias, qualquer denúncia é silenciada e a pessoa atendida é expulsa, portanto, as reclamações ficam restritas ao espaço. Uma moradora deu uma entrevista sobre abuso de poder e racismo e foi questionar a gestora, obteve como resposta: “essa menina tem que tomar cuidado porque quando reclama, não entra mais em qualquer outro serviço, aqui ela não entra mais.” É importante ressaltar que as mulheres trans e travestis da Casa Florescer 2 não reclamam porque quando o fazem são punidas e transferidas, etiquetadas como muito problemáticas. Uma das cidadãs atendidas estava sendo ameaçada por uma ex convivente, quando relatou isso à gestora, foi exposta ao ridículo e ameaçada, sendo dito que não possuía traços femininos e nem tomava hormônios, portanto poderia ser desligada. A cidadã atendida abandonou o serviço e o programa de oficinas do governo, voltou para a família que não aceita sua identidade. Agora, ela usa calças masculinas e barba, uma violência à sua identidade de gênero, tudo para poder sobreviver na família. Ainda, na Casa Florescer 2, diversas pessoas relatam tratamento de forma agressiva, com gritos, na frente de outras pessoas, intimidação em público com ameaças, seguidas de conversas particulares como uso de moeda de troca. Depois que 2 conviventes apresentaram exame positivo para COVID19, a gestora ameaçou chamar a polícia. A gestora e a psicóloga não usam máscara e não orientavam a sua utilização. Álcool gel nunca foi disponibilizado. Além disso, há denúncias de que funcionários comprem cestas básicas das conviventes por preços irrisórios, aproveitando-se da situação e a gestora tem conhecimento.
- Como anda a formação das equipes, dos trabalhadores das organizações e dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social?
- Todo dia recebemos ligações, e-mails e mensagens com relação à limpeza, alimentação, violência, e a presença constante e em grande número de muquiranas nas camas dos centros de acolhida.
- Houve uma abordagem social de rua ontem, uma munícipe que trabalha em São Paulo fez um chamado para o 156, a equipe foi ao local, fizeram uma intervenção, levariam a cidadã atendida para o Butantã, porém, não tinha mais vaga e resolveram deixar próximo ao metrô para outra equipe fazer a intervenção. Sei que tem a questão de passagens de plantão, mas iriam deixar a pessoa na rua, ela não foi para o acolhimento, sendo que a pessoa atendida tinha passado por violência na rua e o funcionário que fez a intervenção descreveu esse atendimento como se fosse normal. A cidadã que fez a denúncia está super magoada, chorando, tentando achar a Geiza, a mulher em situação de rua, e não encontra. O serviço está desconectado da proposta de trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

- Qual o número de vagas nos centros de acolhimento? Onde estão essas vagas? Quais as organizações responsáveis pela gestão dos centros de acolhimentos? Essas organizações estão recebendo por estes serviços ou não?
- Gostaria de sugerir que se faça uma discussão sobre o edital das repúblicas porque tem muita organização interessada em participar destes editais para gerir hotéis e repúblicas.
- Gostaria de falar sobre os desligamentos. Há duas semanas um conselheiro de população em situação de rua eleito com quase 100 votos estava sendo ameaçado de desligamento por denunciar as más condições. Tentamos entender porque as vagas ao invés de fixas estavam sofrendo desligamento, mas então o conselheiro foi desligado, levado ao "Atende 4", que é serviço para álcool e drogas, sendo que ele não tem esse perfil; ficou sem vaga fixa, quase sofreu acidente porque ele tem muletas e foi infectado pelos percebejos, conseguimos que voltasse para o equipamento anterior porque lá ele já tinha vários encaminhamentos para médicos e outros serviços.
- Segundo informações recebidas em 12 de agosto de 2020: Em junho de 2020, mais de 60 mil pessoas foram desligadas da rede de acolhimento, isso é quase metade das pessoas atendidas. O desligamento é uma realidade da rede de acolhimento, quando entramos na questão da qualidade, somente 8% das pessoas dessa rede saem com saída qualificada, mais de 90% são desligadas por vários motivos que não o de ir para um lugar melhor, moradia ou de voltar para as famílias. O restante foi desligado por outros motivos que não esses. Essa rede não está trazendo saída para as pessoas, é que os números nos dizem.
- As vagas têm que ser fixas porque as vagas de pernoite mascaram a demanda de vagas. Tem que ter uma central única de vagas, a regulação de vagas é confusa, os órgãos de controle e supervisão não estão funcionando. É preciso um canal de denúncias que seja efetivo (no caso do conselheiro, ele só conseguiu denunciar porque é conselheiro, não acontece com as outras pessoas).
- Há a demanda por autonomia. Assistência, saúde e educação, direitos humanos devem ser uma estratégia e não uma política pontual. No Conselho temos trabalho impactante e que mostra fragilidade da pasta na questão orçamentária, ele não chega a 0,3% do PIB do município. O atendimento precisa de mão de obra especializada e qualificada, uma rede que seja monitorada e o orçamento do município não chega a 1% do que foi tratado no legislativo.
- Quero incluir a questão da criança e do adolescente em situação de rua que estão sozinhos, sem as famílias. Ano passado foram fechados os serviços de abordagem de criança e adolescente, hoje só tem serviço misto. A carência é mais sentida na região central, onde tem problema grave de crianças desacompanhadas e que precisam de soluções diferenciadas. Essas crianças não vão para o SAICA porque



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania

ou estão restritas ou possuem algum vínculo familiar ainda. Há o documento de 2018 com audiências públicas que mostram que crianças vão para o centro durante a semana, mas voltam para casa nos fins de semana e se recusam a ir para os SAICAS por motivos óbvios.

- Nós da Defensoria Pública do Estado de São Paulo temos atendimento especializado à população em situação de rua. Todo dia chegam denúncias acerca do atendimento prestado e isso passa por questões estruturais. Ontem houve uma denúncia envolvendo o serviço Família em Foco do Canindé. Há falta de equipe, foi passado pedido de assinatura de termos para não assinarem denúncias, a equipe chama a GCM para resolver problemas de convivência que poderiam ser resolvidos de outra forma, falta equipe de saúde e hoje veio uma denúncia envolvendo outro equipamento.
- Embora pareça haver boa vontade da prefeitura, há déficits e é preciso reconhecer a ineficiência para pensar em alternativas concretas e de acordo com o que a população em situação de rua quer, ou seja, que haja tratamento com dignidade e direito à moradia. Devemos pensar juntos, não acredito que as pessoas em situação de rua não procuram o serviço porque não querem, não procuram porque não recebem atendimento adequado.

No mais, aproveito a oportunidade para renovar os votos de estima e consideração.

ERIKA HILTON

Presidenta da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania